

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício o Banco apresentou um lucro de R\$ 256.342 mil, correspondente a R\$ 45.282,11 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 384.671 mil. Em 31 de dezembro de 2017, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 758.002,83 com aumento de 1,80% em relação ao exercício anterior. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em

31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 25,50%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.642.254 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 1.683.758 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678

também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 21 de março de 2018.

São Paulo, 21 de março de 2018.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Segundo semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Receitas da intermediação financeira		1.356.957	2.814.156	3.799.176
Operações de crédito		43.476	153.644	138.001
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.313.481	2.660.512	3.661.175
Despesas da intermediação financeira		(1.072.749)	(2.135.358)	(2.847.105)
Operações de captações no mercado		(637.121)	(1.318.273)	(1.251.045)
Operações de empréstimos e repasses		(302.733)	(771.153)	2.186.955
Resultado de operações de câmbio		129.721	163.331	(122.434)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	(264.980)	(212.105)	(3.659.577)
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	2.364	2.842	(1.004)
Resultado bruto da intermediação financeira		284.208	678.798	952.071
Outras receitas (despesas) operacionais		(162.091)	(371.422)	(361.065)
Receitas de prestação de serviços	23f	245.281	369.342	346.990
Despesas de pessoal		(319.987)	(620.017)	(650.261)
Resultado de participações em controladas	13	74.538	150.192	179.333
Outras despesas administrativas	23c	(99.897)	(180.474)	(206.231)
Despesas tributárias		(39.269)	(91.068)	(80.931)
Outras receitas operacionais	23d	55.876	105.577	112.690
Outras despesas operacionais	23d	(78.633)	(104.974)	(62.655)
Resultado operacional		122.117	307.376	591.006
Resultado não operacional		(524)	(1.033)	(1.602)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		121.593	306.343	589.404
Imposto de renda e contribuição social	19	(17.049)	(32.769)	(182.825)
Provisão para imposto de renda		(27.062)	(91.502)	(30.074)
Provisão para contribuição social		(21.069)	(73.163)	(24.036)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		31.082	131.896	(128.715)
Participações no lucro	23e	(9.618)	(17.232)	(21.908)
Lucro líquido do semestre/exercício		67.926	256.342	384.671
Número de ações	20	5.661	5.661	5.661
Lucro por ação no final do semestre/exercício - R\$		17.245,36	45.282,11	67.951,07

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Segundo semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Atividades operacionais		58.347	25.419	334.025
Lucro líquido ajustado		97.626	256.342	384.671
Lucro líquido do semestre/exercício		(39.279)	(230.923)	(50.646)
Ajuste ao lucro líquido:.....				
Constituição/(Reversão) de provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa	9c	(2.364)	(2.842)	1.004
Depreciações e amortizações		7.676	15.233	14.967
Baixa do intangível - impairment		-	-	4.710
Resultado de participações em controladas	13	(74.538)	(150.192)	(179.333)
Provisões para contingências		75.748	97.666	43.569
Atualização de depósitos judiciais		(15.243)	(59.925)	(65.880)
Constituição/(Reversão) de ativo fiscal diferido	19	(31.082)	(131.896)	128.715
Prejuízo na alienação de imobilizado		524	1.033	1.602
Varição de ativos e obrigações		6.285.386	4.971.671	5.554.253
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		452.530	(600.930)	89.606
Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	4.072.093	2.286.116	2.249.503	
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências (Ativas/Passivas)	(118.971)	(47.174)	48.030	
Aumento em depósitos	143.485	2.437.166	808.969	
Aumento em captações no mercado aberto	1.125.698	469.276	1.402.466	
Redução/(Aumento) em operações de crédito	(135.992)	(343.426)	259.328	
Redução em outros créditos	492.975	703.465	4.433.247	
Redução em outros valores e bens	1.902	354	2.223	
Aumento/(Redução) em outras obrigações	235.240	74.107	(3.773.765)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.958)	(105.489)	(151.101)	
Recebimento de juros sobre o capital próprio	21.250	21.250	57.375	
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	111	(14)	292	
Juros recebidos	20.423	76.970	128.080	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.343.733	4.997.090	5.888.278
Atividades de investimento				
Imobilizado de uso (Aquisições e vendas)	(7.903)	(12.504)	(12.114)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.903)	(12.504)	(12.114)
Atividades de financiamento				
(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(198.936)	(2.291.612)	6.645.072	
Dividendos pagos	(189.250)	(189.250)	-	
Juros pagos	(34.750)	(54.242)	(69.541)	
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento		(422.936)	(2.535.104)	6.575.531
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.912.894	2.449.482	12.451.695
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	15.295.057	18.758.469	6.306.774
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	21.207.951	21.207.951	18.758.469
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.912.894	2.449.482	12.451.695

original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas** - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor *grant* e *vesting*, sem ser valor do *vesting* por menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital do Banco. **(j) Juros sobre o capital próprio** - Os juros sobre o capital próprio recebidos são contabilizados como "Outras receitas operacionais" e reclassificados para "Resultado de participações em controladas" na demonstração do resultado do semestre/exercício para fins de publicação.

4. Gerenciamento de riscos e de capital: O Conglomerado Prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento onde o Banco é cotista exclusivo) ("Conglomerado") possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. **(a) Risco de mercado** - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle. **(b) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de perda resultante da gestão inadequada de processos ou sistemas, falhas humanas ou eventos externos, que não estejam relacionados a risco de crédito ou mercado. O risco operacional é parte das atividades do Conglomerado e pode se manifestar de diferentes formas, incluindo mas não se limitando a atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores,

	Nota	2017	2016
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)			
Ativo			
Circulante		32.306.361	31.784.795
Disponibilidades		143.050	954.998
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	21.665.831	17.803.471
Aplicações em mercado aberto		21.064.901	17.803.471
Aplicações em moeda estrangeira		600.930	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	5.417.023	7.693.806
Carteira própria		2.678.073	3.021.639
Vinculados a compromissos de compra		59.772	123.679
Vinculados à prestação de garantias		1.159.220	3.183.174
Instrumentos financeiros derivativos		1.519.958	1.365.314
Relações interfinanceiras e interdependências		52.108	18.685
Depósitos no Banco Central		52.108	18.666
Outros		-	19
Operações de crédito	9	641.873	414.019
Empréstimo de ações		174.084	93.068
Setor privado		468.848	321.475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(1.059)	(524)
Outros créditos	11	4.383.494	4.896.480
Carteira de câmbio		3.982.390	4.170.853
Rendas a receber		15.317	24.997
Negociação e intermediação de valores	10	97.606	505.574
Diversos	12a	288.340	197.572
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(159)	(2.516)
Outros valores e bens		2.982	3.336
Despesas antecipadas		2.982	3.336
Realizável a longo prazo		2.407.540	2.313.890
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	1.127.722	1.150.669
Vinculados à prestação de garantias		-	149.510
Instrumentos financeiros derivativos		1.127.722	1.001.159
Operações de crédito	9	323.157	207.945
Setor privado		324.420	209.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(1.263)	(1.438)
Outros créditos		956.661	955.276
Rendas a receber		-	455
Diversos	12a	965.033	962.813
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(8.372)	(7.992)
Permanente		1.306.408	1.183.728
Investimentos		1.164.042	1.037.600
Participações em controladas no país	13	1.161.871	1.036.235
Outros investimentos		2.541	1.735
Provisão para perdas		(370)	(370)
Imobilizado de uso		136.639	140.401
Imóveis de uso	14	89.502	89.352
Outras imobilizações de uso		118.294	122.906
Depreciações acumuladas		(71.157)	(71.857)
Intangível	15	5.727	5.727
Outros ativos intangíveis		5.727	5.727
Total do ativo		36.020.309	35.282.413

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante		27.241.281	27.202.936
Depósitos	16a	5.436.102	3.426.728
Depósitos à vista		122.477	158.437
Depósitos interfinanceiros		1.787.753	1.913.864
Depósitos a prazo		3.525.872	1.354.427
Captações no mercado aberto	16b	7.505.290	7.068.202
Carteira própria		59.608	121.109
Carteira de terceiros		7.197.183	6.912.172
Carteira livre movimentação		189.308	19.982
Captação COE		59.191	14.939
Relações interdependências		54.710	68.461
Recursos em trânsito de terceiros		54.710	68.461
Obrigações por empréstimos	17	8.076.520	10.422.374
Empréstimos no exterior		8.076.520	10.422.374
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.491.300	1.565.505
Instrumentos financeiros derivativos		1.491.300	1.565.505
Outras obrigações		4.677.359	4.651.666
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.196	2.769
Carteira de câmbio	11	3.860.685	3.579.943
Sociais e estatutárias		10.556	15.176
Fiscais e previdenciárias	12b	202.086	81.748
Negociação e intermediação de valores	10	345.198	742.604
Diversas	12c	257.638	229.426
Exigível a longo prazo		4.486.350	3.862.615
Depósitos	16a	2.038.228	1.610.436
Depósitos a prazo		2.038.228	1.610.436
Captações no mercado aberto	16b	32.188	-
Captação COE		32.188	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.640.075	1.509.265
Instrumentos financeiros derivativos		1.640.075	1.509.265
Outras obrigações		775.859	742.914
Fiscais e previdenciárias	12b	441.711	383.929
Diversas	12c	334.148	358.985
Resultados de exercícios futuros		1.624	1.638
Patrimônio líquido	20	4.291.054	4.215.224
Capital social		2.453.981	2.453.981
De domiciliados no país		8.670	8.670
De domiciliados no exterior		2.445.311	2.445.311
Reservas de capital		37.624	29.952
Reservas de lucros		1.801.703	1.734.611
Ajustes de avaliação patrimonial		2.686	1.620
Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Total do passivo e patrimônio líquido		36.020.309	35.282.413

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Capital para investimentos	Outras reservas	Legal	Estatutária					
Em 31 de dezembro de 2015		2.453.981	24.939	2.072	167.173	1.182.777	(9.083)	-	(10)	3.821.849
Pagamento baseado em ações	22	-	-	2.389	-	-				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço definido para manter um ambiente de risco controlado. Os componentes principais deste arcabouço são: governança, identificação de risco, avaliação, monitoramento e medição. A área de Gestão de Risco é responsável por definir e prescrever o arcabouço para as linhas de negócios e para as funções corporativas, e por exercer uma supervisão independente de sua implementação cuja responsabilidade é das linhas de negócio. O Conglomerado mantém uma supervisão das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir os riscos operacionais através de controles que incluem medidas, ferramentas e disciplinas que são específicas para este risco e utilizadas em todo o Conglomerado. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, relatórios específicos e planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos e riscos significativos e garantir a solução dos problemas relacionados a estes riscos operacionais identificados. **(c) Risco de liquidez** - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado. **(d) Risco de crédito** - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. **(e) Gerenciamento de capital** - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reports periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 143.050 (2016 - R\$ 954.998) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 21.064.901 (2016 - R\$ 17.803.471) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas.....	21.064.901	17.803.471
Posição bancada.....	13.677.926	10.871.569
Posição financiada.....	7.197.183	6.912.172
Posição vendida.....	189.792	19.730
Aplicações em moeda estrangeira.....	600.930	-
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez.....	21.665.831	17.803.471

7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2017	Valor de mercado em 2016
Títulos para negociação	3.722.999	4.552	3.727.551	6.138.509
Carteira própria.....	2.678.255	(182)	2.678.073	2.831.656
LFT.....	-	-	-	17.297
LTN.....	260.839	(480)	260.359	676.073
NTN-B.....	65.653	(400)	65.253	16.370
NTN-C.....	318	180	498	55
NTN-F.....	187.614	(328)	187.286	56.778
Debêntures.....	-	-	-	196.365
Cotas de fundos de investimentos.....	2.118.840	-	2.118.840	1.865.666
Ações.....	44.991	846	45.837	3.052
Vinculados à prestação de garantias.....	984.976	4.730	989.706	3.183.174
LFT.....	-	-	-	2.001.184
LTN.....	749.120	2.924	752.044	918.057
NTN-B.....	8.968	(44)	8.924	154.308
NTN-C.....	2.701	317	3.018	3.444
NTN-F.....	224.187	1.533	225.720	106.181
Vinculados a compromissos de recompra.....	59.768	4	59.772	123.679
LTN.....	59.768	4	59.772	123.679
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	339.493
Carteira própria.....	-	-	-	189.983
LTN.....	-	-	-	189.983
Vinculados à prestação de garantias.....	165.037	4.477	169.514	149.510
LTN.....	165.037	4.477	169.514	149.510
Total da carteira de TVM.....	3.888.036	9.029	3.897.065	6.478.002

(b) Cotas de fundos de investimentos - As cotas de fundos de investimento estão representadas, basicamente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo) 2017	Ativo/(Passivo) 2016
Fundo de investimento - exclusivo	2.115.723	1.862.587
Títulos e Valores Mobiliários.....	2.042.978	1.852.244
Ações.....	49.923	25.703
LTN.....	2.685.785	1.338.893
NTN-B.....	-	858.835
Credores por empréstimos de ações.....	(739.589)	(620.574)
Direitos por empréstimos de ações.....	46.859	249.387
Mercado futuro.....	94	170
Futuro - DI.....	(7)	59
Futuro - Índice.....	15	152
Futuro - ISP.....	62	(41)
Outros derivativos.....	(3.608)	(27.726)
Outros derivativos.....	(3.608)	(27.726)
Opções.....	51.385	29.506
Ações.....	59.032	37.598
Ibovespa.....	(9.608)	538
Flexíveis.....	1.961	(8.630)
Diversos.....	24.850	8.285
Valores a receber.....	24.850	8.285
Disponibilidades.....	24	108
Outros fundos.....	3.117	3.079
Total cotas de fundos de investimento.....	2.118.840	1.865.666

(c) Composição por prazos de vencimentos - TVM

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria.....	2.164.677	18.904	208.848	227.885	57.759	2.678.073
Vinculados à prestação de garantias.....	-	-	267.426	874.022	17.767	1.159.220
Vinculados a compromissos de recompra.....	-	-	59.772	-	-	59.772
Total da carteira - 2017.....	2.164.677	18.904	536.046	1.101.912	75.526	3.897.065
Total da carteira - 2016.....	1.868.718	938.978	887.054	1.243.095	1.540.157	6.478.002

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2017	Valor nominal 2016
Operações de swap	756.878	1.099.988	30.801.322	32.952.531
Taxa de juros.....	87.602	56.214	3.172.713	2.614.492
Moeda.....	327.877	476.270	12.293.138	16.725.569
Outros.....	344.273	567.504	15.335.471	13.612.470
Ajustes prudenciais¹.....	(5.874)	-	-	-
Operações com opções	714.578	718.277	18.987.909	12.698.312
Compra de opção:	714.578	-	9.453.753	6.331.060
Compra de dólar.....	567.819	-	5.782.222	3.239.192
Compra de índice de ação.....	6.196	-	92.445	136.795
Compra de ação.....	80.216	-	958.992	227.035
Venda de dólar.....	59.111	-	2.359.732	2.359.866
Venda de índice de ação.....	1.005	-	84.577	115.268
Venda de ação.....	4.204	-	175.785	252.904
Ajustes prudenciais¹.....	(373)	-	-	-
Venda de opção:	-	718.277	9.534.156	6.367.252
Compra de dólar.....	-	568.648	5.859.772	3.242.101
Compra de índice de ação.....	-	10.874	96.886	136.795
Compra de ação.....	-	75.102	865.453	210.239
Venda de dólar.....	-	61.410	2.476.482	2.359.867
Venda de índice de ação.....	-	414	87.221	166.228
Venda de ação.....	-	1.829	148.342	252.022
Operações com futuros	17.144	32.593	86.666.745	85.634.537
Posição comprada	12.803	22.637	37.837.276	48.947.124
Cupom cambial - DDI.....	-	21.449	11.353.350	15.359.997
DI de 1 dia.....	11.774	363	24.572.452	31.176.095
Dólar.....	-	825	959.903	2.246.274
Cupom IPCA.....	1.029	-	951.571	164.758
Posição vendida	4.341	9.956	48.829.469	36.687.413
Selic - OC1.....	-	-	-	9.360.587
Cupom cambial - DDI.....	1.984	-	973.192	5.021.837
DI de 1 dia.....	10	9.682	42.487.417	21.989.436
Dólar.....	2.342	-	4.897.261	56.742
Cupom IPCA.....	5	274	471.599	258.811
Operações a termo	842.987	842.807	842.849	35.751
Posição comprada - títulos.....	424.326	418.619	424.188	20.602
Posição vendida - títulos.....	418.661	424.188	418.661	15.149
Outros derivativos	333.237	470.303	17.682.975	26.785.961
Moedas.....	326.776	457.270	17.009.564	25.492.524
Commodities.....	3.379	3.360	118.403	-
Outros.....	3.607	9.673	555.008	1.293.437
Ajustes prudenciais¹.....	(525)	-	-	-

¹ Referem-se à ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)). Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2017	Valor de mercado 2016
Ativo	2.523.814	123.866	2.647.680	2.366.473
Operações de swap.....	631.768	125.110	756.878	1.193.892
Operações a termo.....	842.849	138	842.987	35.588
Prêmio de opções.....	753.929	(39.351)	714.578	204.612
Outros derivativos.....	295.268	37.969	333.237	932.381
Passivo	2.930.678	200.697	3.131.375	3.074.770
Operações de swap.....	905.521	194.467	1.099.988	1.683.430
Operações a termo.....	842.849	(42)	842.807	35.753
Prêmio de opções.....	749.501	(31.224)	718.277	205.467
Outros derivativos.....	432.807	37.496	470.303	1.150.120

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2017	Total 2016
Operações de swap.....	5.894.536	9.661.432	7.536.370	7.708.984	30.801.322	32.952.531
Operações com opções - comprada.....	1.799.560	3.493.830	2.326.375	1.833.988	9.453.753	6.331.060
Operações com opções - vendida.....	1.958.613	3.415.176	2.326.379	1.833.988	9.534.156	6.367.252
Operações de futuros - comprada.....	8.029.098	15.459.060	10.794.920	3.554.198	37.837.276	48.947.124
Operações de futuros - vendida.....	21.988.534	6.405.053	18.096.271	2.339.611	48.829.469	36.687.413
Operações a termo - comprada.....	-	302.172	42.145	79.871	424.188	20.602
Operações a termo - vendida.....	-	302.189	42.144	74.328	418.661	15.149
Outros derivativos.....	7.794.315	6.245.139	1.025.814	2.617.707	17.682.975	26.785.961

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip/Selic)	Total 2017	Total 2016
Operações de swap.....	6.933.906	23.867.416	30.801.322	32.952.531
Operações com opções - comprada.....	31.000	9.422.753	9.453.753	6.331.060
Operações com opções - vendida.....	7.785	9.526.371	9.534.156	6.367.252
Operações de futuros - comprada.....	37.837.276	-	37.837.276	48.947.124
Operações de futuros - vendida.....	48.829.469	-	48.829.469	36.687.413
Operações a termo - comprada.....	-	424.188	424.188	20.602
Operações a termo - vendida.....	-	418.661	418.661	15.149
Outros derivativos.....	-	17.682.975	17.682.975	26.785.961

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2017	Total 2016
Operações de swap.....	-	13.605.391	1.583.594	8.678.431	6.933.906	30.801.322	32.952.531
Operações de opções.....	370.174	5.637.582	3.014.056	9.927.312	38.785	18.987.909	12.698.312
Operações de futuros.....	-	-	-	-	86.666.745	86.666.745	85.634.537
Operações de termo.....	-	-	842.849	-	-	842.849	35.751
Outros derivativos.....	23.749	12.016.592	229.966	5.412.668	-	17.682.975	26.785.961

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2017	Resultado líquido 2016
Operações de swap.....	(212.105)	(3.659.577)
Operações de opções.....	(41.443)	(5.152.659)
Operações de futuros.....	(65.692)	5.914
Operações a termo.....	(368.082)	(282.558)
Outros derivativos.....	161	(820)
	262.951	1.770.546

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 1.159.220 (2016 - R\$ 3.332.684), registradas como vinculados à prestação de garantias.

9. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: A classificação das operações de crédito e a constituição

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado de uso: "Imóveis de uso" estão representados por edificações, no valor de R\$ 43.299 (2016 – R\$ 43.148) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (2016 – R\$ 46.203). "Outras imobilizações de uso" estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 84.391 (2016 – R\$ 81.466), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 32.138 (2016 – R\$ 39.291).

15. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2016 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2016 – R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de *impairment*) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, em 2016 o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período foi de R\$ 4.710.

16. Depósitos e captações
(a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total 2017	Total 2016
Depósitos à vista	122.477	-	-	-	122.477	158.437
Depósitos interfinanceiros	1.787.753	-	-	-	1.787.753	1.913.864
Depósitos a prazo	1.075.549	2.450.323	630.669	1.407.559	5.564.100	2.964.863
Total	2.985.779	2.450.323	630.669	1.407.559	7.474.330	5.037.164

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2017	Total 2016
Operações compromissadas carteira própria	59.608	-	-	59.608	121.109
Operações compromissadas carteira de terceiros	7.197.183	-	-	7.197.183	6.912.172
Operações compromissadas carteira livre movimentação	189.308	-	-	189.308	19.982
Captações COE	17.973	41.218	32.188	91.379	14.939
Total	7.464.072	41.218	32.188	7.537.478	7.068.202

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representadas por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 8.076.520 (2016 – R\$ 10.422.374) com vencimentos entre janeiro de 2018 e agosto de 2018. Em dezembro de 2016, as operações possuíam vencimento até agosto de 2017. As taxas de juros variam de 0,8% até 1,46% ao ano (2016 - 0,43% até 0,9%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2017, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devida a variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria uma aumento de R\$ 1.720 (2016 – aumento de R\$ 26.282).

18. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2017	2016	2017	2016
Fiscais e previdenciárias	658.196	751.283	441.711	383.929
Cíveis	21.641	21.478	100.154	115.508
Trabalhistas	15.543	24.821	39.307	38.677
Total	695.380	797.582	581.172	538.114

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais e outros passivos contingentes		Total em	
	Cíveis	Trabalhistas	Total em 2017	Total em 2016	2017	2016
Saldo inicial	115.508	38.677	383.929	538.114	509.330	593.330
Despesas financeiras – juros	10.885	2.143	17.768	30.796	39.828	39.828
Constituições	-	7.266	59.604	66.870	3.741	3.741
Anistia	-	-	(15.377)	-	-	-
Reversões	(26.239)	(1.577)	(3.197)	(31.013)	(952)	(952)
Pagamentos	-	(7.202)	(1.016)	(8.218)	(13.833)	(13.833)
Saldo final	100.154	39.307	441.711	581.172	538.114	538.114

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro/2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/2017. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. **(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes** - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 112.339 (2016 – R\$ 169.616); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 28.589 (2016 – R\$ 114.829); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmaturalização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 868 (2016 – R\$ 828); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 38.743 (2016 – R\$ 33.188); e (v) outros casos que totalizam R\$ 11.517 (2016 – R\$ 9.165). **(e) Ações trabalhistas** - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 163.526 (2016 – R\$ 131.020). **(f) Ações cíveis** - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos. Até o final de 2017, o acordo ainda não tinha sido homologado pelo Supremo Tribunal Federal. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 5.318 (2016 – R\$ 2.379).

19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017	2016
Diferenças temporárias	393.516	261.620
Contingências	62.581	49.423
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.810	8.577
Provisão para honorários advocatícios	5.556	5.198
Provisão para participação nos lucros	67.292	76.432
Marcação a mercado – TVM e derivativos	176.571	38.630
Unidades de ações restritas – RSU	68.228	78.135
Outros	5.478	5.225
Total de créditos tributários – ativo	393.516	261.620

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 159.086 (2016 – R\$ 28.566) sobre diferenças temporárias e R\$ 64.366 (2016 – R\$ 23.218) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 27.190 (2016 – R\$ 163.443) sobre diferenças temporárias e R\$ 64.366 (2016 – R\$ 23.218) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 393.516 é estimada em 34% no 1º ano, 12% no 2º ano, 13% no 3º ano, 8% no 4º ano, 7% do 5º ao 7º ano e 4% do 8º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 290.531 (2016 – R\$ 189.042). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, monta a R\$ 40.238 (2016 – R\$ 104.604). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros	289.111	567.497
Encargos total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(130.100)	(255.374)
Resultado de participação em controladas	56.336	50.324
Despesas indedutíveis líquidas de recebíveis tributáveis	(9.912)	(12.130)
Compensação ativo fiscal diferido	64.366	23.218
Efeito CSLL (5%)	(21.644)	10.705
Outros	8.185	432
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	97.331	72.549
Resultado de IRPJ e CSLL no exercício	(32.769)	(182.825)

20. Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 5.661 (2016 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2016 – 5.470) ordinárias e 191 (2016 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em 29 de janeiro de 2016, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais em uma proporção de 10.000 ações existentes para 1 ação da mesma espécie, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76. O lucro por ação foi de R\$ 67.951 e o valor patrimonial por ação foi de R\$ 744.608. Desconsiderando o evento do grupamento de ações, o lucro por ação seria de R\$ 6.79 e o valor patrimonial por ação seria de R\$ 74,4. Em 03 de fevereiro de 2016, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicá-los sobre os procedimentos a serem adotados e o tratamento a ser destinado às frações de ações resultantes do grupamento, bem como o prazo para ajuste de posição acionária. Este evento tornou-se efetivo em 03 de abril de 2016 e foi aprovado pelo BACEN em 20 de maio de 2016. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 189.250 referente ao lucro líquido acumulado na conta Reserva Estatutária. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme deliberado em Reuniões da Diretoria realizadas em 29 de dezembro de 2017 e 29 de dezembro de 2016 respectivamente.

21. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2017		2016	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira	142.319	-	951.043	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	15.675	-	-	-
JP Morgan Chase Bank National Association	126.644	-	951.043	-
Aplicação em moeda estrangeira	600.930	5.425	-	18
JPMorgan Chase Bank National Association	600.930	5.425	-	18
Instrumentos financeiros derivativos	58.023	492.779	(118.587)	674.801
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(6.274)	145	(140.711)	1.276
Lawton Multimercado	64.297	492.634	22.124	673.525
Serviços prestados a receber	10.484	159.831	19.332	172.977
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	105	1.258	55	663
JPMorgan Chase Bank, National Association	1.406	29.820	3.248	46.053
J.P. Morgan Securities LLC	2.381	45.826	10.775	68.603
J.P. Morgan S.A. DTVM	926	10.759	644	5.233
J.P. Morgan CCVM S.A.	1.296	15.041	1.576	12.801
JPMorgan Asset Management (Europe)	182	1.586	146	290
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	11.642	-	6.885
Lawton Multimercado	3.419	39.328	2.888	32.449
JP Morgan Limited	769	14.053	-	-
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	-	87	-	-
Chase Bank NY Foreign Subs	-	4.484	-	-
Outros valores a receber/ (a pagar)	(3.539)	(7.051)	1.539	1.521
J.P. Morgan CCVM S.A.	-	-	(716)	-
JPMorgan Asset Management (Europe)	-	-	-	1.522
J.P. Morgan Securities LLC	-	(1.410)	7	(9)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(3.539)	(575)	2.248	25
Chase Manhattan Holdings Limitada	-	-	-	(17)
J.P. Morgan Securities PLC	-	(6.958)	-	-
JPMorgan Corp. Financeira	-	(127)	-	-
JPMC Holdings LLC	-	2.422	-	-
Depósitos à vista	(4.091)	-	(6.555)	-
Lawton Multimercado	(27)	-	(2.421)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada	(210)	-	(267)	-
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(7)	-	(253)	-
HCM Participações Brasil Ltda.	(266)	-	(284)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	(1.844)	-	(2.191)	-
J.P. Morgan S.A. DTVM	(69)	-	(343)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(950)	-	(46)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(422)	-	(92)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(83)	-	(35)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(77)	-	(455)	-
Gaborone Participações Ltda.	(53)	-	(66)	-
OEP Brasil Ltda.	(83)	-	(50)	-
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	-	(52)	-
Depósitos a Prazo	(1.470.703)	(74.154)	(111.973)	(12.691)
OEP Brasil Ltda.	(2.723)	(232)	(52)	(249)
Gaborone Participações Ltda.	(2.481)	(219)	(2.260)	(283)
Lawton Multimercado	(1.320.524)	(62.540)	(1.016)	(1.790)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(34.535)	(2.520)	(30.733)	(3.476)
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(23.439)	(2.076)	(21.413)	(2.090)
HCM Participações Brasil Ltda.	(87.001)	(6.567)	(56.499)	(4.803)
Depósitos interfinanceiros	(1.787.753)	(193.088)	(1.913.864)	(286.448)
J.P. Morgan S.A. DTVM	(944.561)	(108.638)	(931.296)	(152.961)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(508.348)	(51.043)	(544.613)	(73.714)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(334.844)	(33.407)	(437.955)	(59.773)
Obrigações por operações compromissadas	(5.290.420)	(366.563)	(1.624.638)	(365.282)
J.P. Morgan S.A. DTVM	(59.608)	(2.958)	-	(15)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(219.926)	(7.955)	(104.953)	(3.380)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(38.304)	(2.065)	(12.051)	(7.097)
Lawton Multimercado	(4.972.582)	(353.585)	(1.507.634)	(354.468)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(8.076.520)	(102.591)	(10.422.080)	(51.893)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(8.076.520)	(102.591)	(10.422.080)	(51.893)
Negociação e intermediação de valores	(589)	(692)	(13.179)	(2.864)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(440)	(678)	13.813	(2.864)
JP Morgan Overseas Capital LLC	(149)	(14)	(26.276)	-
Operações de câmbio	(518)	-	510	12.931
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(518)	-	510	12.931
Despesa de pessoal	(98.731)	(41.433)	(117.130)	(42.538)
JPMorgan Chase & CO.	(98.731)	(41.433)	(117.130)	(42.538)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Salários e encargos	27.534	23.121
Participação nos lucros e gratificações	53.688	63.860
Encargos sobre gratificações	20.023	23.466
Planos de aposentadoria e pensão		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o “Banco”), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2017, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela Administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu

monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 21 de março de 2018